



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Comitê de Tecnologia da Informação

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Aos quatorze(14) dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove (2009), às nove horas e trinta minutos (09h30min), na Sala de Reunião do Gabinete do Procurador Geral de Justiça, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela **Instrução Normativa GPGJ nº 003/2007**, de 1º de outubro de 2007, com a composição constante da PORTARIA Nº 1.4061/09, publicada no Diário da Justiça de 13.09.2009 (Republicação em 18/09/2009). Presentes o **Procurador Geral de Justiça – Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho** - Coordenador do Comitê, o **Procurador de Justiça Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen** – Subcoordenador, o **Dr. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho**- Secretário Geral do Ministério Público, o Promotor de Justiça **Dr. Bertrand de Araújo Asfora** – representante dos Centros de Apoio Operacional – CAOPs, o Promotor de Justiça **Dr. Alexandre César F. Teixeira**, a Diretora de Planejamento **Maria Aparecida Peixoto Wanderley** - Secretária do Comitê, a Diretora de Tecnologia da Informação **Roberta Pereira Cabral**, o Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede **Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis**, o Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistemas **Jefferson Ferreira Barbosa** e o Assessor de Informática **Daniel Cavalcanti Lins Falcão**. A reunião foi aberta pelo Procurador Geral de Justiça Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho que se desculpou pelo pequeno atraso e ressaltou a sua satisfação em participar do Comitê, pela importância que ele tem no avanço das ações que se desenvolvem no Ministério Público, enaltecendo o trabalho da equipe de informática pelo empenho em confeccionar a nova página do Ministério Público, o qual considerou um trabalho de alto nível, afirmando, ainda, sua intenção em investir na área tecnológica por estar convicto de sua prioridade. Em seguida, disse que passaria a palavra ao Procurador de Justiça Dr. Alcides Orlando de Moura Jansen, até então exercendo a Coordenação do Comitê, estando sempre a frente das discussões e decisões, incentivando de modo brilhante o trabalho realizado nesta área. Com a palavra Dr. Alcides agradeceu e justificou a ausência do representante da Corregedoria Geral, o Promotor de Justiça **Dr. Jonas Abrantes Gadelha**, a pedido deste. Ato contínuo, fez um registro de agradecimento aos componentes que fizeram parte do Comitê até a última reunião ocorrida em 14 de agosto do ano em curso, destacando as contribuições do Dr. João Geraldo Carneiro Barbosa, do Dr. Francisco Antônio de Sarmiento Vieira, da Dra. Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite e da Dra. Maria José Gomes de Oliveira. Ao mesmo tempo, deu as boas vindas aos novos integrantes - o Promotor de Justiça Dr. Alexandre César Fernandes Teixeira, o Promotor de Justiça Dr. Bertrand de Araújo Asfora - representante dos CAOPs, a Dr^a. Maria Aparecida Peixoto Wanderley- Secretária do Comitê e à Dr^a. Roberta Pereira Cabral- Diretora de Tecnologia da Informação e ao Procurador Geral de Justiça Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Ressaltou que é a primeira vez que um Procurador Geral participa do Comitê na condição de Coordenador, enfatizando esse momento histórico, considerado por ele de muita grandeza,

acentuando a importância que isto representa para o Comitê de Tecnologia da Informação e traduz de modo efetivo toda a dimensão que esta nova gestão pretende atribuir ao COMTI . Iniciou o primeiro item da pauta de assuntos, reportando-se à transmissão *on-line* das sessões do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, elogiando o trabalho feito pela equipe de informática, com a ressalva de que ainda há a necessidade de um certo tempo de permanência dos respectivos arquivos no *site*, para atender àqueles membros que por motivos de ocupação com as atividades institucionais não tiveram a oportunidade de acompanhar a sessão “ao vivo”. A respeito desse tema, discutiu-se o tempo de permanência dos arquivos no *site*, como também se a matéria seria disponibilizada na Intranet ou Internet, decidindo-se aprovar, finalmente, o arquivamento de todas as sessões na Intranet, devendo, todavia, as duas últimas permanecerem na Internet, tudo por um período experimental de dois meses. Dando prosseguimento, Dr. Alcides Jansen passou ao segundo ponto da pauta de assuntos, que trata da nova página do Ministério Público. Neste ponto, o Dr. Bertrand pediu a palavra e parabenizou a equipe responsável pela realização do trabalho em tempo *record* e pediu que ficasse consignado **votos de aplauso** do Comitê a todos que participaram das tarefas, solicitando que se faça constar na ficha funcional dos referidos servidores a referida moção. Estendeu, ainda, os **votos de aplauso** ao Dr. Alcides Jansen que sempre esteve empenhado na condução das atividades do Comitê. De seu turno, o Dr. Oswaldo também elogiou a nova página, mas disse que ainda sente falta de alguns *links* que considera importantes e o Técnico Daniel afirmou que todos vão ser reimplantados paulatinamente. Em seguida o Dr. Oswaldo retomou a palavra e expressou sua preocupação em se colocar dados pessoais no *site*, a exemplo dos classificados e se posicionou contrário a continuidade deste *link*, tendo a aprovação dos demais componentes do COMTI. Por conta disso, o Dr. Alcides Jansen solicitou a alteração da Instrução Normativa referente a colocação de dados pessoais na página, já que ficou decidido se excluírem os dados relativos aos classificados. Ainda dentro do mesmo assunto, Dr. Frederico Coutinho sugeriu que sejam colocados em um lugar específico do sítio ministerial informações importantes tais como realização de cursos e fatos dessa natureza. Continuando, falou que o leiaute da página realmente ficou excelente e indagou sobre a possibilidade de renovação da apresentação das imagens (*slides*), sugerindo a sua mudança semestralmente, utilizando-se de preferência imagens características do Estado da Paraíba, o que também ficou acordado. Em seguida, Daniel informou que já estão sendo providenciadas as comunicações da Corregedoria Geral para serem colocadas no *site*. Falando-se ainda sobre o conteúdo da página, Dr. Alcides Jansen, atendendo ao reclamo de vários Promotores e Procuradores sugeriu que fosse disponibilizado no *site* o discurso de posse do Procurador Geral – Dr. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, para que os colegas que não tiveram a oportunidade de ouvi-lo possam ter acesso ao texto, considerando o elevado conteúdo daquela peça, inclusive no aspecto jurídico e sua ótima repercussão entre os que fazem o MPPB. O Dr. Oswaldo agradeceu e pediu para também se verificar a conveniência de ser disponibilizada no *site* a agenda diária de atividades do Procurador-Geral para que os membros e servidores tomem conhecimento. Ficou decidido que seria examinada essa possibilidade devendo a DITEC entrar em contato com a Secretaria do Procurador-Geral para viabilizá-la. O Dr. Alcides retomou a palavra e perguntou à equipe técnica sobre a consulta processual da DIAFU na intranet. Disse da importância de se saber quantos processos estão em cada gabinete e há quanto tempo, fornecendo-se com isso um controle da situação e ampliando a transparência das atividades ministeriais. Sobre isso Daniel informou que os dados respectivos já existem e agora só precisa programar as rotinas, mas a consulta processual já está disponível para as partes e seus advogados inclusive na Internet. Com a palavra, Dr. Alcides falou do contracheque eletrônico na Intranet e o Dr. Alexandre César afirmou que já consultou em casa e que esse serviço já está

funcionando plenamente. Na sequência Daniel informou que o mapa dos membros, os processos da DIAFU e contracheques são pontos importantes para constar na Intranet, mas na Internet informou que aquele mapa será menos detalhado. Já o Dr. Alexandre salientou o valor desse trabalho e a Diretora Dr^a. Roberta informou que os dados virão do setor de Recursos Humanos e serão atualizados, respondendo a uma preocupação de Dr. Bertrand em relação a este aspecto. Dando continuidade, o Chefe de Departamento Jefferson afirmou que é importante que o contracheque não venha mais em papel, como forma de forçar a utilização da internet/intranet por todos, pois estas redes ainda são pouco acessadas por alguns. Partindo para o próximo ponto da pauta - Diário Eletrônico do Ministério Público, Dr. Alexandre César iniciou sua colocação enfatizando que o Diário Eletrônico veio para ficar. Assinalou que em alguns Estados da federação, o Ministério Público já o adotou e por isso propôs uma conversa com o Governador do Estado, levantando o ponto da economia com a adoção do novo sistema de publicações oficiais. O Técnico Daniel apenas ponderou que ainda precisa analisar melhor a rotina e os problemas para que se institua o Diário Eletrônico e o Dr. Alcides lembrou que é necessário verificar a parte legal. Nesse sentido o Dr. Bertrand concordou que é preciso um estudo aprofundado sobre a lei para que se inicie esse projeto e Daniel sugeriu um prazo de 06 (seis) meses para se pensar e estudar sobre o assunto, continuando esse ponto permanentemente em pauta, ficando prevista para breves dias uma visita ao Tribunal de Contas pela equipe técnica de informática com a finalidade de verificar os passos adotados por aquela Corte que recentemente instituiu o seu Diário Eletrônico. Ato contínuo, foi colocado o próximo assunto referente ao quadro da DITEC que apresenta uma deficiência relativa ao número de servidores, impossibilitando o desenvolvimento de alguns serviços. A Diretora de Tecnologia Roberta Cabral disse que alguns concursados, quando são chamados, utilizam os prazos legais para assumirem o cargo, ficando cada vez mais difícil agilizar o trabalho e o Chefe Jefferson comentou que também há dificuldades em função do salário que não é atraente, dizendo que se houver uma forma de se trabalhar nos dois turnos haverá melhora dessa situação. A respeito, o Dr. Oswaldo informou que está em estudo a questão de gratificações, para que se tenham critérios de implantação e que está analisando a opção de se estabelecer os dois expedientes, ou seja, a carga horária de oito horas diárias. Dessa forma, pode-se melhorar o quadro da DITEC. Retomando a palavra Jefferson falou que o Dr. Oswaldo precisaria conhecer em profundidade as necessidades reais para implantação de serviços, ficando de se agendar uma reunião específica dos que integram a DITEC com o Procurador-Geral para que se apresentem as demandas existentes e um inventário completo. A Diretora Roberta manifestou que a equipe de informática, mesmo com a mudança nas gratificações, neste período, continua dedicada ao trabalho. Mais uma vez, o Dr. Oswaldo ressaltou a necessidade de fazer o corte linear no primeiro mês de gestão, para a partir de então determinar critérios justos e conceder as gratificações de forma criteriosa. Em relação aos processos virtuais, Dr. Alcides disse que no ano que passou fez visita ao então Presidente do Tribunal de Justiça – Des. Antônio de Pádua, com vistas a ser feito um Protocolo de Intenções, para formalizar uma parceria relativa ao acesso aos processos virtuais e destacou que o Processo Virtual começa a funcionar em relação a área cível, mas o Ministério Público ainda não foi ouvido quanto a área criminal. Sugeriu, então, que seja marcada uma reunião com a equipe de informática do Tribunal de Justiça e o Dr. Oswaldo pediu que se elaborasse um documento arrolando as necessidades para formalizar os convênios necessários, assinalando que sobre o assunto deverá procurar o Des. Luiz Ramalho Júnior, atual Presidente da Corte. Ainda a respeito, o Chefe Jefferson disse que existe uma minuta de convênio elaborada e que se encontra no gabinete da Presidência do TJ. Novamente com a palavra, Dr. Alcides passou para o assunto seguinte da pauta, tratando de vídeos do Ministério Público no *You tube*. Discutiu-se o tema, mas todos os presentes acharam que

nesse site ainda há muita exposição de todo tipo de vídeo e por isso não se concordou em utilizar, por enquanto, esse meio de divulgação. Sequenciado, o Dr. Alcides comentou que o Ministério Público de Pernambuco está fazendo uso do Twitter e o Dr. Bertrand considerou interessante a ideia de adesão a essa rede social, desde que se possa alimentá-la com dados atualizados diariamente. Nenhuma decisão foi tomada em relação a este assunto, ficando consignado que se fez referência ao tema o qual poderá ser objeto de futura deliberação. Retomando a palavra, Dr. Alcides falou sobre o produto MAGISTER para saber sobre o andamento de sua renovação, e aquisição para todas as unidades do MPPB. Relatou sua experiência com essa ferramenta de pesquisa que, segundo ele, é muito completa e essencial para os que trabalham na área jurídica, pois permite amplo acesso à jurisprudência e doutrina atualizadas. Foi feito um cálculo inicial encaminhado à DITEC para renovação de quarenta assinaturas, que importou em seis mil reais e o Dr. Bertrand considerou que todos os Promotores deveriam ter acesso ao produto. Dr. Alcides se reportou também a outras ferramentas eletrônicas que concorrem com a Magister, como o DATADEZ e o IOB on-line. Sobre o assunto o Chefe Uirá opinou por um estudo de possibilidades financeiras para aquisição do Magister que, de acordo com Dr. Alcides é reputado um dos sistemas mais avançados. A Diretora Roberta deu continuidade e concordando com Dr. Alcides afirmou que a licitação para a compra do sistema deve ser bem programada, sem esquecer a qualidade do produto que se vai adquirir. Dr. Bertrand propôs uma consulta aos Promotores via página da Internet que deve ser encaminhada para o “*fale com o PGJ*”, sendo aprovado por todos os presentes. Dando prosseguimento, passou-se a discutir sobre a necessidade de se ter um processo de **certificação digital** pelo menos a partir de janeiro vindouro. Sobre essa matéria o Dr. Bertrand questionou a respeito da empresa que vai ser responsável pela certificação e afirmou que deverá ser escolhida em nível nacional. Esclarecendo, a Dr^a. Roberta constatou que há dois processos sobre o assunto, mas que apenas um deles é de certificação digital, sendo o outro apenas de identidades funcionais. Uirá informou que até o final do ano é preciso adquirir os certificados devido ao prazo estabelecido pelo STJ.. Dr. Bertrand ressaltou que para a validade dos atos jurídicos é imprescindível a certificação digital no que se refere inclusive ao Diário Eletrônico que futuramente será implantado. Em seguida, Dr. Alcides reportou-se ao tema do *workshop* em Campina Grande, sobre o uso do BrOffice (software livre) projetado inicialmente pela equipe do 2º CAOP. Disse que o projeto precisa ser resgatado e Daniel confirmou a urgência em se fazer um treinamento para melhor aceitação do programa de texto, ficando de trazer a sugestão de uma data na próxima reunião. Ainda sobre isso o Assessor de informática comentou que muitas críticas injustas têm sido feitas ao *BR-Office* e disse que é o único editor de texto que tem certificado. Ficou decidido, então, agendar a data para o evento em Campina Grande, na próxima reunião. Passando para o outro ponto da pauta, o Portal da Transparência, Dr. Oswaldo falou que agendou uma reunião sobre o assunto e o Dr. Alcides afirmou que o portal já está *on-line*, e comentou a respeito da má formatação do arquivo que contém a tabela com subsídios, com o que Dr. Bertrand concordou, além de acrescentar que há informações que não deveriam ser colocadas no *site*. Sugeriu o Dr. Bertrand que a discussão seja levada ao Colégio de Procuradores de Justiça. Com a palavra, Dr. Alexandre leu os itens determinados na Resolução 38/09 do CNMP e ponderou que o Colégio iria apenas se ater e acatar a determinação do CNMP, sendo assim, decidiu-se pela desnecessidade de se levar o assunto ao CPJ, optando-se por cumprir a Resolução 38/09 na íntegra. Continuando, Uirá informou que recebeu as máquinas – servidores, e que foi passado um prazo de 10 dias, pela empresa responsável, para instalação e configuração dos mesmos, e que após essa etapa iniciará a migração dos serviços e sistemas, e o primeiro deles será o serviço de email institucional. Informou que será instalado o ZIMBRA, que segundo ele tem uma interface intuitiva e de boa comunicação, além de diversas funcionalidades que podem ser

customizadas. No ponto, o Dr. Bertrand sugeriu que se faça uma lista de *e-mail's* institucionais, onde os participantes do grupo tenham a segurança de que só sejam acessados por membros da instituição. Ficou dessa forma decidido criar-se a lista de *e-mail* institucional e o *chat* disponibilizado pela nova ferramenta. Uirá ficou de analisar a melhor forma de implantar, com segurança, esse serviço de mensagem instantânea. Prosseguindo, Uirá explanou o procedimento adotado para implantação da Rede WAN e trouxe documento que demonstra onde já ocorreu a implantação na Paraíba. São 38 municípios com as sedes do MP já interconectadas à rede, mais onze previstos para o dia 30 de setembro de 2009 e dezessete até o dia 15 de outubro de 2009. Afirmou que a rede ainda não está em todos os municípios por causa da burocracia administrativa. Destacou que em alguns lugares não existe infraestrutura, ou a empresa não faz de forma correta o serviço, atrasando a instalação. Ainda com a palavra, Uirá mostrou preocupação com o suporte técnico para atendimento no interior, pois uma nova demanda está surgindo com o advento da Rede. Nesta parte o Dr. Alcides falou que deve ser pensada urgentemente a ampliação do quadro e evidenciou que a rede facilita para o público usuário de toda Paraíba realizar consultas, reclamações e pedir outras providências ao Ministério Público. Depois disto, iniciou-se a apresentação do ponto seguinte da pauta sobre a situação do sistema Arquimedes. O Dr. Alcides pediu para o Chefe do Departamento de Rede Uirá Alencar explicar alguns detalhes do Sistema Arquimedes para os novos componentes e o Chefe Jefferson depois informou que está em contato com os Ministérios Públicos de outros Estados- Amazonas, Roraima, Piauí, Sergipe, Maranhão e Tocantins sobre a implantação do Arquimedes com vistas ao seu aprimoramento. Uirá e Jefferson ponderaram que a implantação em outros órgãos, como o 2º CAOP, está sendo dificultada pela falta de técnicos para treinamento e suporte. Comentaram que atualmente só há uma funcionária para dar assistência ao Arquimedes, **Soila**, que além de ser programadora é também helpdesk. Em seguida, a Diretora Roberta comunicou que o sistema já está interligado ao SISCOM do Tribunal de Justiça estando apto a interagir com o processo virtual. Em relação ao Sistema de Recursos Humanos, Jefferson falou que foram digitadas todas as fichas dos membros, precisando apenas ser efetuada uma revisão desse serviço. Disse que qualquer Promotor poderá extrair informações sobre relatórios de sua ficha funcional, só não podendo obviamente fazer alterações. Passando para a previsão de aquisição de equipamentos, Uirá informou que está em processo licitatório switches que possibilitam interligar câmeras e outros equipamentos. Foram comprados, provisoriamente, switches de baixa qualidade para suprir as necessidades das transmissões em áudio. Ainda, sobre aquisição de equipamentos o Dr. Fred Coutinho indagou da DITEC sobre o pedido do CEAF e recebeu a informação de que ainda não há previsão de chegada dos itens solicitados. Com a palavra, Dr. Bertrand comentou sobre a grande variedade de tipos de cartuchos para impressoras atualmente existentes e propôs um planejamento com uma padronização para facilitar o uso nos setores de trabalho. Na temática, Dr. Alcides colocou a existência de um projeto de aquisição de um laboratório para reciclagem de cartuchos, com custos razoáveis, que traria muita economia para o Ministério Público. Continuando, Dr. Oswaldo, pediu para o setor de informática trazer na já próxima reunião, listagem completa dos equipamentos que estão para chegar e dos que precisam ser adquiridos. Prosseguiu falando sobre as prioridades para 2010, dando à tecnologia da informação, condição de destaque, principalmente quanto a pessoal e espaço físico. Reportou-se à criação dos CAOPs temáticos como um dos pontos mais importantes de seu plano de metas e afirmou ser urgente o incremento do Fundo de Direitos Difusos. Neste tópico, o Dr. Alexandre César colocou como metas maiores para a informática nesta gestão – a expansão da rede, a implantação do Diário Eletrônico e pediu que seja vista a possibilidade de se firmar um convênio com um banco de dados do Ministério da Justiça onde estão disponibilizadas informações sobre antecedentes criminais. Sobre este último

ponto, de logo o Dr. Oswaldo se comprometeu em passar o assunto para Dr. Otávio Paulo Neto - Promotor de Justiça Coordenador do GAECO. O Chefe Jefferson afirmou que Dr. Otávio tem um projeto relativo ao assunto que pode ser apresentado a Dr. Oswaldo. Ato contínuo, Dr. Oswaldo se reportou à CAIMP, considerando a necessidade de se ter um banco de dados e controle externo. Comentou que o objeto de trabalho da CAIMP foi desvirtuado. Pediu, ainda, que sejam determinadas metas para este último quadrimestre e que se faça uma lista com essas metas para serem analisadas na próxima reunião impreterivelmente. De sua parte o Dr. Bertrand questionou o suporte de atendimento ao interior e a equipe de informática informou que o horário para atender a qualquer problema se inicia às sete horas e termina às dezenove horas, muitas vezes sendo preciso deslocar um servidor para realizar o trabalho. Dr Alexandre César perguntou se a Corregedoria está alimentando o sistema e ressaltou a importância de individualizar as informações para que se tenha mais condições de aferição. Propôs que as atas de inspeção fossem individualizadas. Em seguida, a Secretária do Comitê – Dr^a. Maria Aparecida falou sobre a viabilidade de se implantar uma caixa de notícia com informações dos eventos do dia. Ressaltou que esta caixa seria aberta ao acionar o computador, não sendo necessário entrar na página, o que faria com que todos tivessem conhecimento dos assuntos ou lembretes. O ponto permaneceu na pauta para a próxima reunião. Referiu, também, que o Sistema de Protocolo está com problemas na alimentação dos dados e perguntou se há como resolver a situação. O ponto também ficou na pauta para discussão na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos, e Eu, Maria Aparecida Peixoto Wanderley, Secretária, lavrei a presente ata, que assino com os demais membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. **Em João Pessoa, aos 14 de setembro de 2009.**

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Procurador Geral de Justiça- Coordenador

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça- Subcoordenador

Frederico Matinho da Nóbrega Coutinho
Secretário Geral

Bertrand de Araújo Asfora
Promotor de Justiça -Representante dos CAOPs

Alexandre César F. Teixeira
Promotor de Justiça

Maria Aparecida Peixoto Wanderley
Diretora de Planejamento-Secretária do COMTI

Roberta Pereira Cabral
Diretora de Tecnologia da Informação

Uirá Alencar Vasconcelos Silva de Assis
Chefe de Deptº. de Suporte Técnico e de Rede

Jefferson Ferreira Barbosa
Chefe de Deptº. de Desenvolvimento de Sistemas

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática